



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM Nº 15/GAG

Brasília, 2 de fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Distritais,

Profundo sentimento de gratidão me invade neste momento de abertura da Sessão Legislativa de 2016, quando ■ nos termos do inciso XI do art. 100 da nossa Lei Orgânica ■ tenho a oportunidade de apresentar à Câmara Legislativa a situação de Brasília, que entendo ser o Distrito Federal na sua completude.

Gratidão por fazer parte da história desta cidade-estado, cujo crescimento vivencio desde menino e onde hoje presto o honroso e desafiante serviço de governar. Gratidão por estar nesta Casa de Leis, que tão bem me acolheu quando iniciei a vida pública. Gratidão pelo apoio de Vossas Excelências às propostas de lei encaminhadas pelo governo em 2015, algumas delas até impopulares, mas todas absolutamente necessárias. Gratidão pela compreensão e paciência dos brasilienses, nativos e adotivos, que merecem atendimento público da melhor qualidade. Gratidão por poder apresentar o resultado inicial do trabalho de uma valorosa equipe de agentes e servidores públicos que, apesar das adversidades enfrentadas, vem dando o melhor de si para que a população local tenha orgulho de viver em Brasília. Gratidão, também, por seguir sonhando com a construção coletiva de uma cidade mais humana, sem desigualdades sociais, rica pela diversidade cultural que reúne e desenvolvida de forma sustentável.

Há pouco mais de um ano, neste mesmo Plenário, quando tomava posse, enunciei a determinação de fazer um governo democrático, ético, participativo e inovador, com a marca da austeridade, transparência e capacidade de diálogo; um governo de combate à burocracia, pautado por priorizar os mais necessitados e por alcançar a eficiência. Também apontei como principal desafio de nossa gestão a tarefa de equilibrar as contas públicas.

Hoje, ao enviar-lhes esta mensagem, reitero esse compromisso, compartilhando com cada um dos Senhores e das Senhoras o zelo com a coisa pública. Reitero, ainda, minha





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

disposição de manter uma relação fraterna e produtiva com todos os membros da Câmara Legislativa, mediante diálogo permanente com as mais diversas forças políticas, sempre em nome da implementação de um projeto comum de cidade, porque somos todos Brasília.

Passo, então, a expor um resumo das ações adotadas nesse primeiro ano de governo, começando por descrever a situação com que nos deparamos de início e a forma como enfrentamos nosso maior desafio, qual seja equilibrar as contas públicas.

SITUAÇÃO DE PARTIDA E DIFICULDADES CONJUNTURAIIS

Ao assumirmos o mandato em 1º de janeiro de 2015, encontramos o maior desequilíbrio orçamentário e financeiro da história de Brasília, visto que os gastos do Governo do Distrito Federal (GDF) passaram a superar sistematicamente suas receitas a partir de 2012 e atingiram um patamar inédito em 2014.

Podemos dizer, em poucas linhas, que o descontrole das contas distritais se deveu à assunção de despesas correntes sem o devido lastro financeiro e orçamentário e sem as condições materiais para honrá-las; ao cancelamento de empenhos no final de 2014, que retirou do registro contábil daquele ano uma soma bilionária; e à elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado com pessoal, decorrente dos reajustes concedidos aos servidores distritais em 2013 e 2014, sem fonte de receita suficiente para custeá-las e com subestimação do impacto financeiro e orçamentário que exerceriam nos anos seguintes.

Havia, então, como amplamente divulgado e já dito em Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), um passivo estimado em R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 887 milhões de Restos a Pagar e R\$ 2,2 bilhões relativos às despesas sem contabilização (Despesas de Exercícios Anteriores - DEA). Além disso, vigorava uma Lei Orçamentária Anual (LOA) subdimensionada, com déficit aproximado de R\$ 3,5 bilhões, sendo um bilhão para custeio e os outros R\$ 2,5 bilhões para pessoal, mesmo não se computando o reajuste salarial já previsto. Considerando o orçamento feito e o passivo recebido, portanto, o rombo nas contas públicas distritais alcançaria a incrível quantia de R\$ 6,5 bilhões.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Todos sabem que sofremos o resultado desse descalabro econômico já nos primeiros dias da nossa gestão, pois o caixa extremamente depauperado que encontramos não nos permitiu de pronto honrar com as dívidas deixadas pelo governo anterior.

Por conseguinte, de um lado, pipocaram as greves do funcionalismo, que estava sem o salário do último mês de 2014, sem o pagamento das horas extras e do adicional de férias, e sem o pagamento do 13º para os aniversariantes de dezembro. Do outro, foram suspensos os serviços e as entregas de grande número de fornecedores do governo. O prejuízo fez-se sentir sobretudo nas áreas mais sensíveis, como saúde, educação e mobilidade.

A situação tomou-se ainda mais crítica do ponto de vista administrativo no final do mês de janeiro de 2015, quando tomamos ciência de que o índice de gastos com pessoal do último quadrimestre de 2014 excedera o limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Meses depois, os cálculos do TCDF indicaram que aquele índice, na verdade, havia extrapolado o limite máximo fixado na lei, situando-se em 49,12% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal.

A apuração do cálculo do índice de gastos com pessoal no primeiro quadrimestre de 2015, por seu turno, revelou que a situação continuava a se agravar devido à implantação dos aumentos remuneratórios já concedidos a muitas carreiras nos primeiros meses do ano, a despeito de todos os esforços empreendidos pela atual gestão para o seu saneamento. De forma inédita, esse índice situava-se em 50,8% da RCL, desconsideradas as despesas com pessoal cobertas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que mantém a segurança e contribui para o custeio das folhas da educação e da saúde. Computando-se também essas despesas, o índice atingiria naquele momento apenas para o pagamento da folha 75,40% de todos os recursos públicos de que dispõe o GDF e chegaria a 80%, com os benefícios.

Lembremos que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a adoção de medidas bastante restritivas para reduzir as despesas com pessoal a um patamar aquém do limite previsto, sob pena de ficar o Distrito Federal impedido de receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ou contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e à redução das despesas com pessoal.

Recordemos, também, o ambiente de recessão econômica vivido no País desde o ano passado e as consequências disso em termos de frustração de receita de origem tributária. Ao invés do crescimento de 3% da economia, previsto pelo Banco Central no final de 2014 e utilizado como base para a confecção da LOA distrital de 2015, houve uma queda de 3,7% da atividade econômica no País e de 3,5% no DF, conforme estimativa do mercado financeiro. Isso sem falar dos efeitos deletérios da inflação, que ficou na casa dos 10% no último ano.

Ora, não é segredo que a queda da atividade econômica deteriora as receitas da União, reduz ■ por tabela ■ seus repasses ao DF, provoca um decréscimo sensível nas receitas tributárias próprias e ocasiona a diminuição acentuada nos investimentos públicos e privados.

Tudo somado, no comparativo da receita orçada com a efetivamente arrecadada em 2015, identificamos uma frustração de receita estimada em mais de R\$ 4,5 bilhões no âmbito do DF e verificamos o aumento da necessidade de financiamento com recursos próprios.

Afora o caos orçamentário-financeiro e o gravíssimo quadro fiscal, verificamos haver um histórico de desconsideração dos preceitos da LRF e dos seguidos alertas do Tribunal de Contas do DF. Reporto-me, aqui, mais uma vez, às condenáveis práticas de transpor para o exercício seguinte despesas ou compromissos assumidos no exercício anterior e de realizar despesa sem prévio empenho.

Para não incorrer nesses erros, não nos foi possível conceder ■ em setembro último ■ os reajustes salariais esperados por diversas categorias funcionais, o que resultou em mais uma onda de greves na cidade. Tampouco foi possível ver ampliada e melhorada a rede de serviços da forma como gostaríamos, mas fizemos avanços significativos no tocante ao saneamento das contas, como passo a expor.

SANEAMENTO DAS CONTAS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Estávamos cientes, antes mesmo de assumir o mandato, que seria preciso superar o déficit financeiro bilionário no DF para fazer o governo que a cidade merece. Embora ainda não soubéssemos o tamanho real desse déficit, definimos ser prioritária a tarefa de equilibrar as contas.

Para evitar o colapso das finanças públicas, decidimos efetuar um corte imediato e substancial nas despesas, com o enxugamento da máquina e ações de racionalização da gestão.

De saída, reduzimos o número de secretarias de estado de 38 para 24 e eliminamos mais de 1.300 cargos comissionados e funções de confiança. Também impusemos limite à despesa pública, efetuamos contingenciamentos, fizemos o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores, determinamos a revisão das licitações em curso e das contratações emergenciais, bem como a definição de cronograma de desembolso das operações de crédito já contratadas ou em fase de contratação.

Criamos, ainda, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), colegiado responsável por zelar pelo cumprimento da política orçamentária, que desenvolveu o trabalho fundamental de coordenar as reprogramações orçamentárias e os remanejamentos entre despesas e entre unidades.

Com as ressalvas necessárias para não interromper a prestação de serviços à população nem provocar a degradação do patrimônio público, adotamos várias outras medidas de racionalização e controle dos gastos. Auditamos a folha salarial, avaliamos e renegociamos os contratos, reduzimos os gastos com impressos e com aluguel de veículos, e limitamos o uso de combustível e de celulares funcionais. Além disso, suspendemos as despesas com viagens, promoção de eventos, aquisição de material permanente, contratação de obras e instalações, aluguel de móveis e de equipamentos, celebração de convênios onerosos, participação em cursos ou congressos, contratação de consultoria, prestação de serviços de terceiros e locação de mão de obra temporária, exceto nas áreas de saúde e de educação.

Apesar de toda essa austeridade, a insistente crise fiscal nos obrigou a adiar o pagamento de reajuste salarial aos servidores do GDF em setembro e a fazer nova



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

reestruturação administrativa em outubro. Ficaram, então, apenas 17 pastas, e o número de corte de comissionados saltou para mais de 4.000.

De todo modo, ao longo do ano, conseguimos reduzir despesas gerenciáveis em torno de R\$ 1 bilhão (entre cortes e adiamento de despesas). A reprogramação orçamentária de gastos não obrigatórios levou os órgãos a rever seus orçamentos e a reduzir suas demandas em R\$ 1,9 bilhão.

Claro está que a economia advinda da racionalização dos gastos reduziu a pressão das demandas por créditos orçamentários e financeiros, na medida em que contribuiu para o abatimento de parte da dívida herdada, para a manutenção da máquina pública e para o adimplemento de despesas correntes inadiáveis nas áreas de saúde, segurança, mobilidade e educação.

Essa pressão, contudo, havia começado já nos primeiros dias do nosso mandato, quando fomos impelidos a onerar o orçamento de 2015 em mais de R\$ 1 bilhão, para fazer frente a gastos de pessoal do exercício de 2014. É bom dizer que quitamos integralmente essa dívida, fruto de despesa obrigatória deixada pelo governo anterior sem o devido lastro orçamentário e financeiro, em explícita afronta à LRF.

Para honrar esse e outros compromissos, como o pagamento dos salários de servidores e terceirizados, encaminhamos à Câmara Legislativa um conjunto de projetos voltados a aumentar a receita, mediante ajustes nos preços públicos.

Grande parte das medidas propostas foram convertidas em lei, depois de serem aprovadas pelo Legislativo, motivo pelo qual renovamos os agradecimentos a cada um dos membros desta Casa. Saibam, Senhoras e Senhores, que esse apoio foi fundamental para o êxito do trabalho em curso de saneamento das contas públicas.

Da Câmara recebemos o aval para instituir o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (REFIS), lançado em junho. Com os descontos oferecidos para a quitação dos débitos, o Refis logrou atrair a adesão de cerca de cem mil contribuintes, garantindo aos cofres públicos o retorno imediato de R\$ 258 milhões e a expectativa de ingresso de outros R\$ 959 milhões, parcelados. Desafogou, ainda, a Vara de Execução Fiscal, com a baixa de mais de 70 mil processos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Para complementar o pagamento da folha salarial, esta Casa também aprovou propostas criativas de trabalho com recursos vinculados aos fundos distritais. Em março, autorizou-nos a movimentar os R\$ 180 milhões que viabilizaram o pagamento de salários no início do ano. Em setembro, autorizou-nos a empregar R\$ 240 milhões mensais de rendimentos de capitalização dos fundos do IPREV (Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal), até o limite total de R\$ 1,2 bilhão, na complementação da folha, afastando o risco do inadimplemento.

Também em setembro, cuidaram Vossas Exceências não só de conceder aprovação unânime à solicitação de crédito suplementar que fizemos para a saúde, mas ainda de direcionar todas as 87 emendas apresentadas para a manutenção dos serviços prioritários da área. O elevado espírito público dessa ação legislativa trouxe o reforço de mais de R\$ 300 milhões para a saúde.

Ainda no âmbito das medidas de saneamento das contas, destaco outra iniciativa do Executivo que angariou o apoio deste Parlamento, pelo que ela representa de mudança de cultura. Refiro-me ao acolhimento da proposta de alteração da meta fiscal prevista na LOA de 2015, que aqui sepultou as chamadas pedaladas fiscais, assim entendida a prática de empenhar os salários e o 13º de dezembro com recursos do ano seguinte, já condenada pelo Tribunal de Contas.

Além de aprovar a revisão da meta fiscal, a Câmara viabilizou a devida contabilização de despesas contratadas, o que permitiu igualmente dar transparência aos gastos reais do governo que, de outra forma, seriam convertidos em despesas de exercícios anteriores a serem apuradas. Deu-se, assim, o que permitiu redução do déficit orçamentário do ano passado, ao autorizar a abertura de dois créditos extraordinários para fazer frente à contabilização integral dos salários e das despesas de custeio de dezembro no próprio orçamento de 2015.

Registre-se, igualmente, que a autorização que nos foi dada para securitização da dívida pública e contratação de operações de crédito interno e externo permitirá que o governo aumente seus investimentos de 2016 em diante, dada as dificuldades enfrentadas com a queda de arrecadação prevista para os próximos anos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ciente da escassez de recursos de origem tributária para arcar com todas as necessidades da população distrital, o GDF também tem buscado outras fórmulas para suprir os investimentos necessários ao desenvolvimento local, como os contratos de financiamento, as parcerias com o setor privado, a formação de consórcios públicos e os convênios celebrados com o governo federal.

Fizemos um esforço hercúleo para superar a crise financeira e fechar o exercício de 2015 em condições mais favoráveis do que as existentes no início do mandato, lançando sempre mão de expertise e criatividade.

Os frutos desse trabalho intenso e desafiador já são hoje visíveis. Em apenas um ano, liquidamos R\$ 1,3 bilhão das Despesas de Exercícios Anteriores, saldamos R\$ 800 milhões dos Restos a Pagar de 2014 e ajustamos as despesas do orçamento de 2015. Tudo somado, e graças às duras medidas adotadas, chegamos ao fim de 2015 de uma maneira muito mais equilibrada, com a alegria de ter conseguido efetuar todos os pagamentos da folha, manter o funcionamento da máquina do Estado e iniciar importantes investimentos.

Esse resultado alentador mostra que a gestão responsável das contas públicas impõe a realização de um trabalho diuturno de prestação, vigilância, transparência e diálogo. Temos sido capazes de realizar juntos, Executivo e Legislativo, esse trabalho, que ajudará na construção de um grande legado para a cidade ao final do nosso mandato: conquistar a confiança da população no governo.

Atribuimos, aliás, à transparência e ao diálogo os avanços registrados nessa nossa empreitada. Essas são, na verdade, duas das mais importantes marcas do governo de Brasília, como passo resumidamente a expor.

O diálogo está presente não apenas na relação entre Executivo e Legislativo, mas dentro mesmo do governo, entre seus integrantes e entre os diversos órgãos. Alimenta e estreita, também, a relação entre o governo e a sociedade, possibilitando a efetiva participação popular na formulação de políticas públicas. Esse diálogo segue as estratégias mais variadas, ocorrendo tanto no plano virtual como presencial.

Na página eletrônica de abertura do Portal do GDF, por exemplo, qualquer pessoa pode gravar sua fala, que será ouvida e respondida pessoalmente por mim no



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

programa *Conversa Franca*, transmitido pela Rádio Cultura toda segunda-feira, às 7h, e arquivado no sítio da Internet.

Mas é em presença, olhos nos olhos, que o diálogo tem sido mais intenso, tanto por meio das Rodas de Conversa quanto por intermédio do projeto *Voz Ativa*. Na Roda de Conversa, a população fala diretamente com o governador sobre as questões que envolvem uma região administrativa ou um tema geral. O objetivo da Roda é permitir a identificação de problemas que podem ser resolvidos em um prazo menor, com a articulação entre os setores do governo ■ incluindo secretarias, administração e empresas ■ e a sociedade civil.

O *Voz Ativa*, por seu turno, é um ciclo de escuta parecido com audiências públicas, mais dinâmicas e colaborativas. O objetivo é recolher sugestões da população para elaborar políticas públicas e ajudar no planejamento do governo em diversos temas. As contribuições são registradas em fichas preenchidas na hora e é possível fazer inscrição para a fala durante a ação, em ordem de chegada.

Ademais, cada órgão do governo tem o seu próprio canal de diálogo aberto com a sociedade, de que são exemplos vivos e atuantes o *Voz Ativa no Planejamento* e o *Voz Ativa na Segurança*, utilizados para discutir as peças orçamentárias e as ações do Pacto pela Vida, respectivamente.

Desde o início da nossa gestão, a transparência é prioridade para o governo de Brasília. No esforço de garantir o monitoramento da administração pública, criamos, ainda em janeiro de 2015, o Conselho de Transparência e Controle Social do DF, órgão formado exclusivamente por representantes da sociedade civil e responsável por dar suporte técnico e administrativo à Controladoria-Geral do DF. Lançamos nova versão do Portal da Transparência em abril e inovamos, em junho, quando nos tomamos a primeira unidade da Federação a ter um aplicativo para telefones celulares e *tablets* com informações do Portal da Transparência: o *Siga Brasília*.

Com a criação desse aplicativo, ficou mais fácil compreender o complexo Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo). De maneira simples, qualquer cidadão pode acessar pelo telefone celular ou pelo computador as transações do governo, as escalas dos médicos da rede pública e os salários dos servidores, entre outras informações.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Como consequência do trabalho desenvolvido ao longo de meses, o Distrito Federal foi considerado o ente federativo mais transparente do País, segundo avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU), no que toca ao cumprimento das normas da Lei de Acesso à Informação: recebeu nota 10 na segunda edição da Escala Brasil Transparente.

Na primeira avaliação da escala, feita em março e abril e divulgada em maio, o DF ficou em terceiro lugar na condição de capital, em sétimo como estado e em oitavo como município. Na segunda edição, realizada em novembro, subiu para o primeiro lugar no *ranking* das três categorias, quando a nota passou de 8,9 para 10.

Como se pode ver, o arrocho nas contas veio acompanhado de medidas com o propósito de tornar cristalinas as operações do Executivo e de angariar participação popular para a formulação de políticas e o controle social da administração pública, firmando as bases para que os planos estruturantes pudessem ser construídos por Estado e sociedade conjuntamente.

PLANOS ESTRUTURANTES

Atento ao grande desafio de administrar em meio a fortes restrições orçamentárias e financeiras e à necessidade de modernizar a gestão pública, nosso governo tem lançado mão da criatividade e apostado no poder das parcerias e do diálogo para instaurar uma nova cultura administrativa na Capital brasileira.

Nesse sentido, criamos, logo no início do mandato, uma rede de colaboração interna responsável por identificar iniciativas de sucesso ■ de qualquer campo ■ que possam ser adaptadas à realidade local e replicadas.

Implementamos, ademais, um processo de gestão voltado a aperfeiçoar a administração pública e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. Esse processo nos permite monitorar o cumprimento de obras e programas prioritários mediante acordos de resultados que visam facilitar a resolução de entraves e a integração entre diferentes pastas, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos.

Nos primeiros meses de 2015, iniciamos o processo técnico de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, peça central de planejamento orçamentário das



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ações de governo, responsável por indicar os caminhos a serem trilhados, no formato de políticas públicas, para viabilizar os objetivos almejados pelo mandato. Esse processo, que envolveu a avaliação dos objetivos, das metas e dos indicadores alcançados em 2014 à luz do PPA então vigente e a prospecção de cenários para o próximo quadriênio, mobilizou a participação das unidades orçamentárias de todos os órgãos do governo.

Paralelamente, também nos mobilizamos para formular nosso planejamento estratégico, de modo a definir em mapa estratégico ■ como visão do governo para 2019 ■ o legado que pretendemos deixar para a cidade, os eixos estruturantes da atuação governamental, as diretrizes a serem adotadas e os objetivos a serem alcançados na direção desse legado. Nesse processo, tiveram vez e voz todos os órgãos da administração direta e indireta, bem como os servidores interessados, ouvidos em múltiplas reuniões temáticas.

Por conta dessa feliz confluência, o PPA 2016-2019 surgiu como corolário do nosso planejamento estratégico, com foco em resultados, respeito à legislação vigente e fundamento na transversalidade, no comprometimento de todos os órgãos do GDF e na participação popular.

De fato, sua formulação envolveu a realização de audiências públicas nos quatro cantos do DF, no âmbito do projeto Voz Ativa no Planejamento, e foi enriquecida por 730 sugestões populares. Isso aproximou a população de lógica tradicionalmente hermética da linguagem orçamentária, mostrando que os programas temáticos retratam as políticas públicas; os objetivos específicos são os resultados a serem alcançados; as metas são a medida de alcance dos objetivos; os indicadores são a mensuração dos resultados; e as ações são os bens e serviços ofertados à sociedade.

Além de acolher e refletir os anseios da população, o PPA 2016-2019 espelha a visão de futuro deste governo, sintetizada no orgulho de viver em Brasília, e contempla ações das áreas de educação, mobilidade, planejamento, gestão, saúde, segurança, infraestrutura, cultura, turismo, esporte e lazer, desenvolvimento com sustentabilidade, meio ambiente, assistência social e cidadania, com foco na valorização da pessoa e no protagonismo do cidadão.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ele firma os alicerces para a criação das condições orçamentárias capazes de materializar as três grandes entregas a serem feitas pelo governo até 2019, quais sejam: 1) aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social; 2) conquistar a confiança da população no Estado; e 3) tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Apoia-se, ainda, nos seguintes eixos estratégicos, definidos para possibilitar essas entregas: 1) Viver bem, direito de todos; 2) Economia mais competitiva; 3) Território planejado e estruturado; 4) Todos por Brasília; e 5) Governo ético, transparente e com foco em resultados.

No escopo do primeiro eixo (Viver bem, direito de todos), fixamos seis objetivos estratégicos a serem alcançados com os programas e as ações inscritos no PPA, quais sejam: 1) ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção; 2) promover o amplo acesso e a qualidade da educação; 3) aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade; 4) promover a cidadania e a proteção e inclusão social; 5) valorizar a cultura como investimento de desenvolvimento econômico e social; e 6) democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.

Dentro do segundo eixo (Economia mais competitiva), existem 3 objetivos estratégicos almejados pela ação governamental: 1) promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda; 2) consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo; e 3) tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Já o terceiro eixo (Território planejado e reestruturado) aponta para a persecução dos seguintes objetivos estratégicos: 1) ampliar a mobilidade, tornando mais atrativos o transporte coletivo e o não motorizado; 2) ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade; 3) garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente; e 4) promover o planejamento, o ordenamento e a regularização territorial de forma integrada e sustentável.

São objetivos estratégicos do quarto eixo (Todos por Brasília) tornar o cidadão protagonista na formulação e no controle das políticas públicas e tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia de governo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O quinto e último eixo do PPA (Governo ético, transparente e com foco em resultados) requer o alcance de 2 objetivos não menos estratégicos: assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo e dotar o GDF de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.

Cuida-se, sem dúvida, de objetivos desafiadores e grandiosos, os quais demandam a mobilização de cerca de R\$ 130 bilhões ao longo de 4 anos, bem como o trabalho conjunto e sinérgico de todos nós, para que Brasília ocupe a posição de vanguarda que merece no cenário nacional.

OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2015

Além de nos dedicarmos à busca incessante e obstinada de equilibrar as contas públicas e de fazer o planejamento para o futuro da cidade que almejamos, conseguimos executar diversos projetos voltados a melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades sociais e fazer de Brasília referência de desenvolvimento sustentável.

Na área da segurança pública, começamos a implementar o programa Viva Brasília ■ Nosso Pacto pela Vida, que tem por base a prevenção de violências e promoção da cidadania, a colaboração entre as forças de segurança, a integração delas com a sociedade, o trabalho orientado por estatísticas, análises criminais e indicadores; a valorização dos profissionais de segurança, bem como a informação e transparência.

O pacto estabelece canais de diálogo com a comunidade e reuniões de governança que identificam as prioridades locais da região administrativa, definem as responsabilidades e as ações e fixam metas e prazos de cumprimento. De acordo com a abrangência das demandas, são sucessivamente acionados os comandantes das forças de segurança e o titular da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social (Comitê Executivo do programa), bem como o governador e demais autoridades de primeiro escalão (Comitê Gestor), para a tomada de providências.

A adoção dessa política provocou a redução nos indicadores de criminalidade em 2015, evidência inequívoca de que a população do DF está mais protegida. Tanto o Índice de homicídios (21,5 por cem mil habitantes) quanto o de mortes no trânsito (11,5 por cem mil habitantes) foram os menores das duas últimas décadas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em comparação com 2014, houve queda no número de homicídio (-11,4%), latrocínio (-6,4%), estupro (-19,7%), morte no trânsito (-17,5%), tentativa de homicídio (-15,1%) e crimes contra o patrimônio (-15,4%), respondendo os últimos por 84% da criminalidade registrada. Nesse grupo em particular, aferiu-se queda acentuada no número de roubo de veículo (-32,5%), roubo em comércios (-30%) e furto em veículos (-29,5%), além de uma tímida, mas importante, retração no número de roubo a pedestre (-4,2%), o mais frequente de todos os crimes registrados.

Para obter esses resultados, definimos as áreas integradas de segurança pública, fizemos o diagnóstico das áreas críticas e realizamos mapeamento inédito dos crimes não registrados, por meio da Pesquisa Distrital de Segurança Pública. Também garantimos, apesar da crise financeira, a entrega de 1 helicóptero e de mais de uma centena de viaturas para as forças: 43 delas destinadas à Polícia Civil, 28 ao Departamento de Trânsito (DETRAN) e 35 ao Corpo de Bombeiros. Intensificamos, ainda, tanto o policiamento ostensivo, com mais 1.700 policiais deslocados de funções administrativas, quanto as ações de prevenção à violência, agora integradas ao programa Cultura da Paz.

Mais presente nas ruas e próximo da comunidade, o trabalho das forças ampliou sua produtividade e eficiência ao longo do ano passado. Em relação a 2014, cresceu o número de prisões e apreensões em flagrante, respectivamente 9,6% e 29,5%; de ações contra o tráfico de drogas (25%), de repressão ao uso e porte de drogas (37,8%) e de apreensão de armas de fogo (7,3%).

No âmbito do programa Cultura da Paz, em que há interação entre os órgãos de segurança, as intersetoriais de governo e a sociedade civil para o desenvolvimento de ações articuladas de prevenção da violência e promoção de cidadania, foram feitos quase 90 mil atendimentos em 2015 por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, do Programa de Educação Ambiental, do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e do Teatro Rodovia.

Essa última iniciativa, aliás, faz parte das estratégias de ação do Programa Paz no Trânsito, que se utiliza de campanhas educativas e do rigor nas fiscalizações, sobretudo em relação à chamada Lei Seca e à vedação do uso de celulares ao volante, para induzir a redução do número de mortes no trânsito.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Na área de saúde, ainda carente de profundas melhorias, também houve avanços importantes em 2015, muito embora a dívida herdada (de R\$ 600 milhões com fornecedores) tenha inviabilizado a adoção de soluções com a celeridade pretendida.

No início da nossa gestão, o desabastecimento de medicamentos e insumos era a regra: faltavam cerca de 400 itens nas prateleiras da rede pública. De imediato, decretamos situação de emergência no setor, o que permitiu a aquisição desses produtos com dispensa de licitação. Depois de fazer um mutirão de compra, fechamos o ano com a necessidade de repor 65 itens, mas todos eles já estão com o processo de compra em andamento.

Buscamos recompor, igualmente, o quadro funcional da área de saúde, no entendimento de que essa é uma das premissas para garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Ao longo de 2015, convocamos 1.119 profissionais para diversas especialidades, mas somente 722 assumiram os cargos, um fenômeno curioso quando consideramos o valor do salário pago aos médicos da rede pública do DF, que é o maior do País. De todo modo, seguimos com as convocações: em janeiro deste ano, nomeamos outras centenas de profissionais, entre médicos e técnicos.

Em 2015, ainda no quesito pessoal da saúde, fizemos um trabalho de base para interligar o sistema que registra o ponto e aquele que faz as escalas, de forma a alcançar escalas verdadeiramente capazes de refletir a realidade.

A duras penas, conseguimos garantir a manutenção de alguns equipamentos, como as 22 máquinas de hemodiálise, abrimos licitações regulares de manutenção de outros e retomamos alguns projetos que estavam parados. Tal é o caso da reforma do Centro de Saúde 11, na Ceilândia, interrompida em setembro de 2014, e da construção do Bloco 2 do Hospital da Criança de Brasília.

Disciplinamos a compra de medicamentos, insumos e serviços na área de saúde, estabelecendo que cada um desses itens seja comprado num certo período. Além de diminuir as chances de licitações fracassadas, essa disciplina afasta o risco de que os equipamentos adquiridos fiquem nos corredores por falta de espaço para instalação.

Fizemos um estudo para identificar os pontos críticos de cada unidade de saúde e oferecer propostas de ações para a melhoria do atendimento prestado à população. O estudo apontou a existência de vários problemas — entre os quais avulta a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

desorganização de escalas e reforçou a necessidade de adoção do modelo de gestão regional, que instituímos no mês passado.

No intuito de garantir mais eficácia no atendimento ao cidadão, reduzir os gastos com custeio e tornar a gestão mais ágil, o modelo substitui as 15 antigas coordenações por 7 superintendências regionais, com maior autonomia para gerir recursos financeiros e humanos. Ele descentraliza a gestão, trazendo para mais perto a solução dos problemas. Pressupõe, contudo, que os superintendentes (responsáveis por contratar a manutenção de equipamentos e definir escalas de trabalho e período de férias, entre outras incumbências) assinem um contrato de gestão e tenham o desempenho avaliado a cada 4 meses. Busca, assim, implantar na saúde a cultura do monitoramento e difundir a cobrança por resultados entre todos os profissionais da área.

Para melhor instruir a integração dos serviços de cada superintendência e embasar a elaboração dos contratos de gestão, estamos levantando as necessidades de saúde das diversas regiões administrativas, a capacidade de atendimento de cada uma das unidades de saúde do DF e os serviços por elas prestados individualmente. O propósito é mapear as carências e disponibilidades de insumos, servidores, equipamentos e serviços, além de monitorar escalas médicas, tempo de atendimento e fluxo das prioridades, para identificar possibilidades de ajuda mútua e encaminhar soluções às demandas encontradas.

O mapeamento já revelou o avanço potencial desse modelo de integração dos serviços, de que é exemplo o apoio hoje oferecido ao Hospital de Brasília pela Unidade de Pronto Atendimento da Ceilândia, com a realização dos exames de Raio-X.

Citamos, ainda, dois avanços importantes registrados na área de saúde em 2015, ambos envolvendo o trabalho conjunto, colaborativo e sincrônico de vários órgãos do GDF, mas referentes a procedimentos de complexidade muito diversa.

No campo da atenção primária à saúde, ao longo de 2015, centramos nossos esforços na prevenção de doenças, sobretudo no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus. Os esforços renderam a diminuição de 16,8% dos casos de dengue, em comparação a 2014. No exercício findo, foram confirmados 10.338 casos de dengue, com epidemia em 11 regiões administrativas, a começar por Planaltina, Sobradinho II, Sobradinho e Gama, mas somente 14 de febre chikungunya e 2 de febre zika.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agora em 2016, com a evolução do número de pessoas infectadas neste período de fortes chuvas que castigam Brasília, criamos a sala de situação de emergência, para abrigar a força-tarefa de combate ao mosquito e informar ao Ministério da Saúde os casos de dengue, chikungunya e zika. Localizada no Quartel Central Geral do Corpo de Bombeiros, a sala permite que a força-tarefa ■ que agrega Secretaria de Saúde, Vigilância Ambiental, Corpo de Bombeiros, Exército, Marinha, Agência de Fiscalização (AGEFIS), Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal (EMATER) ■ monitore e elabore planos de ação contra o mosquito em todo o DF.

Na alta complexidade, saímos de uma situação de descredenciamento do Hospital de Base junto ao Ministério da Saúde para a realização de transplante de rins, que logo tratamos de resolver, para encerrar o ano com seguinte notícia: o DF bateu todas as metas de transplante do ano, exceção justamente a de rins, com 29 transplantes de coração, 57 de fígado, 77 de rins e 483 de córneas. Dos últimos, 89 procedimentos foram realizados pelo Hospital de Base, que zerou ■ pela primeira na sua história ■ a fila de espera por transplantes de córnea.

Tal êxito, devemos lembrar, é mérito não só daquela unidade hospitalar, mas também do Serviço de Atendimento Móvel (SAMU), do Detran e do Corpo de Bombeiros, que dão o suporte necessário para a pronta realização das entrevistas com as famílias e captação dos órgãos.

Com o propósito de reduzir as desigualdades sociais e garantir aos moradores da Capital os direitos assegurados constitucionalmente, o governo de Brasília pôs em prática diversas políticas públicas direcionadas a grupos específicos, tomando mais próxima a relação entre o Estado e o cidadão.

Em atenção à prioridade constitucionalmente conferida à infância e à juventude, o governo dirigiu a esse público boa parte de suas ações no campo social. Entregou à população 13 novas creches em 2015 e irá entregar outras 7 agora. Reconstruiu o Centro Educacional 7 de Ceilândia e iniciou a construção da Escola Verde e da Escola Técnica do Guará. Inaugurou o espaço Estude Aqui, na Cidade Estrutural, e a nova sede do Centro de Juventude de Ceilândia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Também levou a 12 localidades o projeto Caravana da Juventude Negra, voltado a inserir jovens de 15 a 29 anos no mercado de trabalho, mediante a capacitação em oficinas de tecnologia, audiovisual, inclusão digital, mídias sociais e empreendedorismo.

Implementou, ainda, o Programa Por Dentro dos Exames do Ensino Médio, no âmbito do qual realizou o 1º simulado aos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como reflexo desse programa, que envolveu 14.463 estudantes do ensino médio da rede pública do DF, aumentou em 33%, em relação a 2014, o percentual de alunos da rede pública aprovados no Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS). Entre os aprovados, 184 estudavam no Plano Piloto, 163 na Ceilândia, 143 em Taguatinga, 83 no Gama e 71 em Sobradinho.

Tornar mais digno o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade de direitos foi outro tema tratado com prioridade pelo Executivo. Provam isso a reforma das instalações físicas dos Conselhos Tutelares de Brazília, São Sebastião, Taguatinga Sul, Gama e Park Way; a eleição e a posse de 200 novos conselheiros, com mandato para o quadriênio 2016-2019; e a implementação do Projeto Esporte «Acesso de Todos» que levou a prática de várias modalidades esportivas para os 893 adolescentes em conflito com a lei nas 7 unidades de internação do DF.

O governo de Brasília inaugurou, no Plano Piloto, em conjunto com o governo federal, um equipamento inovador de proteção para mulheres em situação de violência: a Casa da Mulher Brasileira. Trata-se de espaço que integra os serviços especializados e se presta a oferecer atendimento humanizado e as condições necessárias para interromper o ciclo da violência e promover a autonomia econômica das mulheres.

O GDF tornou mais digno o atendimento às pessoas com deficiência que buscam emprego formal com a abertura da Agência do Trabalhador na estação do metrô da 112 Sul, dotada de ambiente adaptado e funcionários preparados para oferecer serviços de encaminhamento profissional, emissão de carteira de trabalho, acesso a seguro-desemprego e informações sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Também implantou, no Lago, a Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com Deficiência, que oferece assistência médica, terapia e alimentação, entre outros cuidados, àqueles em situação de vulnerabilidade econômica.

Na área do esporte, promoveu a 1ª edição dos Jogos Abertos de Brasília. No plano da cultura, efetuou o pagamento de R\$ 33 milhões do passivo do Fundo de Apoio



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

à Cultura (FAC) de 2014 e a destinou outros R\$ 33,6 milhões para os projetos selecionados em 2015. Licitou a obra de reforma do Espaço Renato Russo e retomou a do Centro de Dança, no Setor Cultural Norte, que será dotado de tratamento acústico e condições de acessibilidade.

Senhoras e Senhores Deputados, em 2015, enfrentamos severas críticas pelo trabalho de combate à ocupação irregular do solo, especialmente quando fizemos cumprir decisão judicial que determina a desobstrução da orla do Lago Paranoá.

Imbuídos, contudo, da firme convicção de que a área pública deve ser de todos, liberamos mais de 1 milhão de metros quadrados de terras públicas que tinham sido privatizadas de modo irregular por todo o DF. Somente para desobstruir a orla, fomos obrigados a retirar 130 mil metros de cercas e muros que impediam o acesso da população brasiliense à área pública.

Há pouco, começamos o trabalho de recuperação do conjunto urbanístico da orla, com a construção do Deck Sul, próximo à Ponte das Garças. No lugar de cercas que isolam as pessoas, instalaremos ali infraestrutura de lazer e proteção ao meio ambiente, para congregar.

Ressaltemos, a propósito, que o trabalho de desobstrução das áreas públicas griladas é condição necessária tanto para a instalação de infraestrutura urbana, como está sendo feito em Vicente Pires e no Sol Nascente, quanto para a garantia de prestação de socorro em caso de emergência e, em última análise, de preservação da segurança pública.

Com base nessa crença, deflagramos ■ já nos primeiros dias do nosso mandato ■ a operação Levanta, DF. Por meio dela, foram revitalizadas a infraestrutura nas áreas centrais de Taguatinga e de Ceilândia, nas imediações da Feira dos Importados, na Galeria dos Estados e no Setor Comercial Sul.

Trata-se dos serviços de manutenção da iluminação pública, retirada de lixo e entulho, pintura de meios-fios, limpeza de ralos e de galerias pluviais, desobstrução de bueiros e de bocas de lobo, além de melhorias na acessibilidade, com reparos em calçadas, rampas e escadas. Todos eles, diga-se de passagem, custeados pelos órgãos públicos envolvidos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Houve avanços consideráveis, ainda, no campo da regularização fundiária em 2015. De um lado, a edição de lei complementar que faculta aos templos religiosos e entidades de assistência social comprar os imóveis por eles ocupados, em até 240 meses, sem juros, deve beneficiar cerca de dois mil templos e entidades. Do outro, a aprovação de 14 projetos urbanísticos de parcelamento do solo pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN) irá favorecer pelo menos 50 mil pessoas diretamente.

Essas medidas são relevantes porque se reportam a áreas já ocupadas, para as quais se pode levar a depois da regularização a infraestrutura urbana necessária à garantia de qualidade de vida e preservação ambiental.

Ao longo de 2015, o governo entregou 10,3 mil escrituras em todo o DF e 5.152 moradias para os cidadãos inscritos nos programas habitacionais, a maioria delas situada no Riacho Fundo II e no Paranoá. Viabilizou, ainda, o registro de 12 mil lotes em São Sebastião e no Riacho Fundo II, bem como a implantação de melhorias em 270 casas da Cidade Estrutural.

Em meio às dificuldades financeiras herdadas no início da gestão, o governo de Brasília esforçou-se para manter serviços essenciais, retomar projetos parados e investir em melhorias para a cidade nesse último ano. O gasto anual com serviços, manutenção e obras de infraestrutura, saneamento e sustentabilidade superou a cifra de R\$ 382 milhões e foi bancado com financiamento do governo federal, operações de crédito e, em menor soma, recursos do Tesouro distrital.

Já concluímos 40 das 106 obras previstas em acordo de financiamento assinado em janeiro com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 500 milhões, dos quais foram liberados R\$ 260 milhões até o encerramento de 2015. Entre as obras concluídas, figuram o remanejamento de linhas de água e esgoto no Riacho Fundo II; a restauração de 177km de asfalto na Ceilândia Sul, no Gama, em Samambaia e no Recanto das Emas; a recuperação de calçadas em Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e Samambaia; a construção de estacionamento público no Setor Bancário Norte; o reforço na estrutura dos viadutos dos Eixos L e W sobre a S2; e a construção de ciclovias no Park Way, no Gama, em Sobradinho e no acesso à Vila Basevi.

Priorizamos, de início, a retomada das obras interrompidas na antiga gestão, como o reinício das obras de infraestrutura no setor Noroeste; as obras de intensa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

demanda social, a exemplo da pista de caminhada do Parque da Cidade; os projetos já licitados há anos, feito o de urbanização dos setores Vicente Pires, Sol Nascente e Buritizinho; e, sobretudo, as obras voltadas a beneficiar as populações mais vulneráveis, como também é o caso do asfaltamento e da drenagem no Sol Nascente.

Essa obra, aliás, por seu potencial de diminuir a desigualdade social, é prioridade e compromisso do nosso governo, motivo por que foi uma das primeiras a serem iniciadas em 2015. Dividida em 3 trechos, tem o primeiro deles em avançada fase de execução e o segundo no estágio inicial. Deverá ser concluída somente no próximo ano.

Instalamos em Vicente Pires, uma das regiões administrativas mais afetadas na época das chuvas, 1.035 ligações de esgoto e um conjunto de obras de drenagem. E, em dezembro passado, assinamos as ordens de serviço para imediata continuidade das obras, com previsão de investimento de mais de R\$ 115 milhões na construção da rede de drenagem pluvial e pavimentação da antiga Colônia Agrícola Samambaia.

Cumpra dizer que as benfeitorias no Sol Nascente e em Vicente Pires hoje ocorrem graças ao trabalho de erradicação de construções irregulares que impediam a urbanização.

Com os recursos do empréstimo do Banco do Brasil, ainda construímos praças, modernizamos vias, duplicamos ruas, implementamos planos de acessibilidade, recuperamos mais de 15 quadras poliesportivas e mais de 25 parques por todo o DF, além de implantarmos o Parque Tororó e a Mata Seca.

Em 2015, foi possível desembaraçar processos e avançar em relação ao Corredor Eixo Oeste, com o Túnel de Taguatinga, e ao programa de drenagem do DF (Drenar-DF), cujas obras estão sendo contratadas. O programa consiste em redimensionar toda a rede de águas pluviais do Plano Piloto e, por meio da retenção de resíduos em bacias de contenção, melhorar a qualidade da água pluvial que segue para o Lago Paranoá. Após a conclusão dessa etapa, começará em Taguatinga o Drenar-DF 2.

Nessa mesma esfera do saneamento, foi implantado o Centro de Reservação de Água do Noroeste e foram retomadas as obras da estação de tratamento de água do Sistema Corumbá IV e a dos sistemas coletores de esgoto sanitário no Lago Sul, em Águas Lindas, no Sol Nascente e em Vicente Pires. A Companhia de Saneamento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ambiental de Brasília (CAESB) bancou sozinha as duas primeiras obras, mas conta com o auxílio de recursos do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para fazer frente ao conjunto das últimas, orçadas em cerca de R\$ 500 milhões.

No campo da sustentabilidade, o passo mais relevante do nosso governo em 2015 foi a retomada das obras do Aterro Sanitário Oeste, entre Samambaia e Ceilândia. A construção do primeiro aterro do DF, já em fase final, resultará no fechamento do Lixão do Jôquei, como determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A previsão é que o espaço comece a operar em agosto de 2016.

Há, porém, outras medidas do nosso governo dignas de nota, como a realização do evento *Virada do Cerrado: Cidadania e Sustentabilidade*, o reinício dos atendimentos do Castromóvel, a retomada das obras do Jardim Burle Marx, o projeto Brasília Capital do Ipê, o plantio de mais de um milhão de mudas de árvores e a recente adesão de Brasília ao programa Cidades Sustentáveis.

Ao ratificar a carta-compromisso desse programa, já presente em 263 municípios do País, assumimos o compromisso de elaborar um plano de metas, com indicadores, para todos os setores da administração pública distrital e a divulgar os dados para a sociedade.

No âmbito da mobilidade, mais de 65 mil pessoas dependentes do transporte público na Ceilândia, no Riacho Fundo II, em Sobradinho II e no Gama Leste foram contempladas com a entrega de um terminal rodoviário em cada uma dessas regiões administrativas. Substituímos os velhos pontos de embarque por instalações modernas e confortáveis, medidas que estão sendo igualmente aplicadas a 13 outros terminais, atualmente em obras.

Foram gastos, até o final de 2015, quase R\$ 35 milhões com as reformas e construção dos novos terminais, recursos oriundos de contrato firmado em 2008 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No segundo semestre, reorganizamos as linhas, racionalizando os trajetos, para reduzir a quantidade de trechos parecidos e aumentar a frequência de coletivos nos pontos. A medida possibilitou a ampliação do atendimento em regiões com escassez de ônibus e o ajuste da oferta e da demanda de itinerários.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em novembro, levamos o Expresso Sul até a W3 Sul, com linhas criadas a partir dos terminais do sistema (Santa Maria, Gama e Park Way). No mês seguinte, oficializamos o início da construção de 4 viadutos em Águas Claras, para interligar os lados sul e norte da cidade sobre os trilhos do metrô.

Na busca de mudanças mais definitivas e sustentáveis para o modelo de transporte público da cidade, entretanto, o GDF decidiu investir na ideia dos trilhos. Autorizou, junto com o Ministério das Cidades, a contratação de estudos para a implantação da Linha 2 do Metrô, que cortará a Asa Norte; a criação do veículo leve sobre trilhos que circulará da antiga Rodoferroviária à Rodoviária do Plano Piloto, passando pela Esplanada (o chamado VLT Monumental); e a implantação do Trecho 1 do VLT da W3 Sul. A implementação dessas medidas no futuro pode dar novas feições ao transporte coletivo no Distrito Federal.

Cabe registrar, não obstante essa opção estratégica, que foi concluído em 2015 o projeto executivo do BRT Norte, obra em benefício da população de Sobradinho, Planaltina e Varjão.

Além disso, quem tem carro foi beneficiado com 177 quilômetros de pistas restauradas. Fez-se a substituição do velho asfalto por pavimentos de qualidade e longa vida útil. A DF-035, que faz entroncamento com a DF-001, recebeu nova pavimentação, com intervenção em pontos críticos entre o Lago Sul e o Jardim Botânico. Já o balão da ESAF (Escola de Administração Fazendária), que liga as duas rodovias, foi alargado, o que deve provocar a diminuição dos recorrentes engarrafamentos nos horários de pico nas regiões do Jardim Botânico, do Lago Sul e nos condomínios.

No exercício do poder de fiscalização, foram feitas ■ de janeiro a novembro ■ 545 autuações a transporte não regulamentado, 9.071 a taxistas e 17.488 a ônibus irregulares, afóra a retirada de circulação de 3.726 ônibus e o encaminhamento dos respectivos motoristas para a delegacia. Esse número representa mais do que o dobro de todas as autuações de 2014.

No que tange aos avanços relativos ao fomento da economia, o governo de Brasília propôs uma série de medidas para tornar menos burocráticos os procedimentos de emissão de habite-se, alvarás e documentos congêneres, com a intenção de estimular a economia da cidade e, conseqüentemente, aumentar a criação de emprego.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Essas medidas foram transformadas em leis e hoje possibilitam melhoras na liberação de empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais.

A lei que define os parâmetros de uso e ocupação do solo de 8 quadras no Guarã, por exemplo, beneficia moradores e empresários que esperavam pela medida havia mais de 20 anos.

Além disso, retomamos as obras da sede do Parque Tecnológico, investimos R\$ 58,7 milhões em projetos de tecnologia e lançamos o Programa Incluir MPE, voltado a fortalecer os pequenos negócios. Também demos início à regularização de terrenos localizados em Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) do DF.

Em relação ao campo, foram adotadas várias políticas de desenvolvimento que beneficiaram os produtores rurais, a exemplo da concessão de financiamento com taxa de juro negativa e da adequação do ICMS sobre produtos agropecuários. O Banco de Alimentos da Ceasa favoreceu 43 mil pessoas. Houve, ademais, o investimento de R\$ 15 milhões em compras governamentais de produtos de 1,2 mil agricultores familiares.

No tocante à cidade, novas parcerias público-privadas foram estimuladas para a gestão e o desenvolvimento do espaço urbano. Nesse sentido, autorizamos a abertura de editais de chamamento público convidando pessoas físicas e jurídicas a apresentarem projetos de gerenciamento do Jardim Zoológico de Brasília, do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, da Torre de TV de Brasília, da Torre de TV Digital, da Granja do Torto, da Transbrásilia, do Parque Tecnológico Capital Digital e do serviço de iluminação pública. Ao todo, 52 empresas responderam ao chamamento e apresentaram 33 propostas, que agora estão sendo analisadas pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e pela Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo.

Uma das estratégias eleitas para fomentar o desenvolvimento da economia local foi a inserção de Brasília na rota mundial de grandes eventos, especialmente nas áreas do empreendedorismo e da tecnologia. O governo conseguiu garantir, por exemplo, que a Capital do País sedie a *Campus Party* de 2017, evento que reunirá instituições de ensino, jovens, empreendedores e cientistas, além de milhares de entusiastas de novidades tecnológicas. Eis uma oportunidade única para mostrar, num dos maiores festivais de tecnologia do mundo, que Brasília quer empreender e inovar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por último, mas não menos importante, merece nota o enorme esforço que o governo de Brasília tem feito com vistas a construir uma agenda de desenvolvimento não só para a cidade de Brasília, mas também para a região do Brasil Central e mesmo para todo o País.

Celebramos ■ com os governadores dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia ■ Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, um modelo institucional de cooperação interfederativa com o formato de autarquia. O órgão, criado em outubro último, tem por objetivo implementar ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil Central, de maneira sustentável e competitiva, com foco nos seguintes setores: agropecuária, infraestrutura e logística, industrialização, educação, empreendedorismo, inovação e meio ambiente.

Também articulamos a realização de um encontro mais amplo de governadores, para debater o ambiente econômico do País e construir uma agenda comum que ajude os Estados a superar a crise nacional. Esse encontro teve lugar na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC), em dezembro passado, e contou com a presença dos governadores dos Estados de São Paulo, de Pernambuco, de Minas Gerais, de Goiás, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Piauí e do Tocantins, além do vice-governador do Maranhão.

O encontro ■ que se transformou na primeira reunião mensal do Fórum Permanente de Governadores, criado na ocasião ■ foi seguido de reunião no Ministério da Fazenda. Ali, entregamos ao Chefe da Pasta a agenda elaborada, que continua os seguintes pleitos: autorização para a retomada das operações de crédito nos estados; utilização dos recursos de compensação previdenciária a que os estados têm direito para abater as dívidas deles com a União; rediscussão do refinanciamento das dívidas com a União; repasse da competência para cobrança a planos de saúde de pacientes atendidos na rede pública; criação de um fundo garantidor federal para promover parcerias público-privadas; prorrogação, de 5 para 10 anos, dos prazos para o pagamento dos precatórios e a aprovação do uso de parte dos recursos de depósitos judiciais para esse fim (a chamada PEC dos precatórios).

Em sequência a essa reunião, o governo federal estabeleceu novas regras para a correção das dívidas estaduais com a União. Isso significou, na prática, a redução de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

R\$ 180 milhões no total da dívida do DF e uma economia mensal aos cofres distritais de R\$ 2,1 milhões.

Temos a expectativa de que ainda sejam criadas agendas de médio e longo prazos, a fim de que se construa uma agenda positiva para o Brasil e que se contribua para as reformas estruturais fundamentais à retomada do crescimento.

Ontem, dia 1º de fevereiro, ocorreu a segunda reunião do Fórum Permanente de Governadores, também na Roac, desta feita com a presença de vinte governadores e cinco vices. Após o encontro, fomos até o Senado Federal, onde nos reunimos com o Presidente da Casa e a quem solicitamos apoio para a aprovação da PEC dos precatórios.

AÇÕES PARA 2016

Este ano, começamos a executar o plano de estratégias que formulamos para resgatar o orgulho de viver em Brasília, devidamente espelhadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, cuja estruturação busca assegurar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a gestão estratégica das ações governamentais.

Elaborada com apuro técnico, responsabilidade fiscal e participação da sociedade, a LOA de 2016 observa os limites constitucionais relativos às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e com ações e serviços públicos de saúde. Respeita, ainda, as prescrições de apoiar a ciência, a tecnologia e a cultura; de priorizar a destinação de recursos para ações que envolvam crianças e adolescentes, e de manter reserva de contingência.

Nesse sentido, oferece cobertura para a reforma de espaços culturais, a construção de centros de atendimento e assistência social, a construção e reforma de unidades educacionais e de unidades de saúde, a construção do Bloco 2 do Hospital da Criança, a urbanização dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente e da cidade de Vicente Pires, a implantação de corredores de transporte, a ligação Torto-Colorado, o trevo de acesso à região norte, a expansão das linhas do metrô, a implantação de cicloviárias e a implantação e manutenção do Setor Habitacional Jardins Mangueiral.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Na LOA de 2016 estão descritas as 80 obras a serem executadas nas diversas regiões administrativas com os R\$ 258 milhões relativos à segunda parcela do financiamento feito com o Banco do Brasil, em janeiro do ano passado.

Parte do recurso será destinada à recuperação da malha asfáltica em todo o Distrito Federal, que não se limitará às operações tapa-buraco. O objetivo central é substituir o asfalto velho por pavimentos de qualidade e de longa vida útil.

Outra parte do recurso será utilizada para retomar a recuperação e execução de calçadas em 12 localidades. O conforto deverá chegar aos pedestres da Fercal, do Gama, do Jardim Botânico, do Núcleo Bandeirante, de Planaltina, do Recanto das Emas, do Riacho Fundo I, de Samambaia, de Santa Maria, de São Sebastião, de Sobradinho e de Sobradinho II.

Haverá benefícios também para quem usa a bicicleta como meio de transporte ou para lazer. O recurso milionário vai financiar a construção de ciclovias em trechos da DF-290, rodovia que liga o Gama a Santa Maria; da DF-087, que conecta a Estrutural a Vicente Pires; e da Estrada Parque Taguatinga (EPTG).

Os moradores de unidades habitacionais do programa Morar Bem (vinculado ao Minha Casa Minha Vida, do governo federal) no Recanto das Emas e no Riacho Fundo II serão contemplados com a chegada de infraestrutura: reformas de praças, pavimentação, instalação de redes de água e de esgoto, entre outras benfeitorias.

Ademais, serão feitas obras de drenagem na comunidade do Pôr do Sol, em Cellândia, e deverão ser assinadas as ordens de serviço para as benfeitorias (que incluem esgoto, drenagem, pavimentação e instalação de meio-fio) no Trecho 2 de Vicente Pires, no Trecho 3 do Sol Nascente e no Buritizinho, em Sobradinho.

Outro projeto que será tocado em 2016 é a reforma do Museu de Arte de Brasília, no Setor de Hotéis e Turismo Norte. Aprovada pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF, a obra custará cerca de R\$ 2,8 milhões e será coordenada pela Casa Civil, em parceria com as Secretarias de Cultura e de Infraestrutura e Serviços Públicos. Os recursos virão da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap). Entre as medidas previstas para o local, fechado desde 2007, estão a adequação à



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

acessibilidade e a instalação de banheiros, novas saídas de emergências, espaço gourmet, elevadores e auditório.

A LOA de 2016 ainda prioriza recursos para ações dos programas «DF Sem Miséria», «DF Alfabetizado», «Fábrica Social» e «Viva a Vida Sem Drogas», além de oferecer cobertura a outros programas de assistência social e de proteção à criança, ao adolescente, ao jovem, aos idosos e às pessoas com deficiência.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Muitos são os desafios que precisamos vencer neste e nos próximos anos para alcançarmos os objetivos e as metas aqui enunciados. Sem poder mencionar todos, limito-me a destacar apenas alguns, por seu valor simbólico e potencial de impacto no sentido de alterar a realidade existente.

Equilibrar as contas, voltar aos limites da responsabilidade fiscal, honrar os reajustes salariais concedidos, informatizar processos e otimizar sistemas, fazer gestão de competências e garantir formação continuada aos quadros são alguns dos desafios que vislumbro na área da gestão.

No campo da educação, vejo como desafios a ampliação do acesso à educação infantil e de implementação da educação em tempo integral, a melhoria da infraestrutura nas unidades de ensino, a redução do absenteísmo docente, a erradicação da violência nas escolas e a garantia do aumento de investimentos no setor, conforme prescrito no PDE.

No que toca à segurança pública, os desafios são intensificar as ações do Pacto pela Vida, para manter em queda os índices de criminalidade; aprofundar a cultura da paz; repor o efetivo e fazer da polícia cidadã referência para o Brasil.

Em termos de gestão de território e política urbana, configuram desafios postos a desobstrução das áreas públicas griladas, a produção de unidades habitacionais nas localidades mais carentes, a regularização fundiária das áreas já ocupadas e a regulamentação das atividades culturais nos bares.

Mudar o foco de atenção para a saúde básica, implementar o modelo de gestão descentralizada e regionalizada, viabilizar a gestão eficiente dos recursos humanos,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

manter estáveis os estoques de insumos, aperfeiçoar o controle da logística, erradicar o mosquito *Aedes aegypti* e buscar parcerias para melhorar o atendimento são alguns dos desafios que se apresentam no campo da saúde.

Constituem desafios ainda dignos de nota a implementação do Projeto Oria, a formulação de um novo Código de Obras, a desativação do lixão do Jóquei e recuperação da área, a construção de centros de triagem e recuperação de resíduos, a construção e a recuperação de calçadas por todo o DF, a instalação do veículo leve sobre trilhos e a ampliação da cobertura do metrô, bem como do sistema de drenagem pluvial.

Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

São grandes as dificuldades para a superação de todos esses desafios. Porém, quanto maiores são as dificuldades, maior é nossa convicção de que podem ser superadas à custa de trabalho, dedicação e, principalmente, muita união entre todos nós.

Destaquei, nesta exposição, os pontos desse primeiro ano de governo que me parecem mais importantes. Indiquei avanços palpáveis quanto ao legado que pretendemos deixar em 2019, qual seja: aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social, conquistar a confiança da população e tomar Brasília modelo de cidade sustentável. Fiz aqui uma apertada síntese do nosso trabalho, pois em verdade já temos um vasto rol de medidas práticas mostrando que o progresso é real e pode ser documentado.

Ao longo desse ano de mandato, atuamos com transparência, sem esconder números e informações, porque entendemos que informar é obrigação do Estado. E sabemos que, para prosseguirmos por este caminho, é preciso perseverança, uma vez que os resultados não aparecem da noite para o dia. Perseverança não nos falta.

Confio na capacidade de realização dos agentes públicos e de nossa gente, pois moro numa cidade que materializa isso. Confio, também, na solidariedade do povo brasileiro.

Reafirmo a confiança depositada naqueles a quem esse povo escolheu para representá-lo nesta Câmara Legislativa, na certeza de que não faltarão empenho, discernimento e, acima de tudo, espírito público, para a adoção das medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável de Brasília.

Carrego comigo a certeza de que ninguém faz nada sozinho e, por isso mesmo, tenho a convicção de que, juntos, construiremos uma nova forma de viver, construiremos um ambiente de empreendedorismo e de inovação, construiremos qualidade de vida para esta e para as próximas gerações.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os imensos desafios vislumbrados não são maiores do que nossa disposição de servir à Brasília. Celebramos ■ Executivo e Legislativo distritais ■ um pacto pela cidade e temos trabalhado juntos pelo seu cumprimento, com postura ativa, firme, austera, solidária, propositiva e eficiente. Mais uma vez, agradeço a esta Casa pelo relacionamento de respeito, independência e entendimento mútuos.

Inegavelmente somos todos, brasilienses por nascimento ou por adoção, parte da mesma odisseia. E saberemos superar juntos a gravíssima situação econômica de hoje, pois ela nos oferece a oportunidade de mudar o rumo torto da história de Brasília no sentido da efetiva realização dos sonhos de Dom Bosco e Juscelino.

Façamos, então, como ensina o poeta Drummond: não nos afastemos! Sigamos juntos!

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal